

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIAS Nº 120/2025.

Relatório de Avaliação

Trata-se de Termo de Parceria, formalizado conforme lei nº 13019/2014, entre o Município de São Francisco -MG, CNPJ 22.679.153/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, juntamente a Associação Desenvolvimento dos Geraís – ADG, CNPJ 01.970.975/0001-05.

Finalidade: Execução do Programa do Governo Federal Criança Feliz.

Meta: Atendimento e acompanhamento de 600 famílias, com criança de 0 a 3 anos de idade e também gestantes.

Valor do Termo de Parceria: R\$ 43.940,00 – Quarenta e três mil e novecentos e quarenta reais mensais.

Aditivos: Quinto termo aditivo.

Parecer: A comissão de Avaliação e Monitoramento, atesta para os devidos fins que O Termo de Parceria entre as partes tem recebido o acompanhamento e o monitoramento desta comissão. Pois, conforme orientação do Setor de Controle Interno, as avaliações e monitoramento, bem como a aprovação dos relatórios de produção, são critérios para transferência de recurso e pagamento mensal da Associação Desenvolvimento dos Geraís.

No decorrer do monitoramento, evidenciou-se que os serviços tem sido prestados conforme orientação e manual do Programa Criança Feliz. De outro modo existe o sistema do governo federal onde todas as informações de atendimento são lançadas, inclusive banco de dados dos usuários do Programa.

Tendo em vista que essa Comissão realiza o monitoramento mensal, sugere-se a formalização do aditivo, e juntamente a este, a destinação de um servidor para acompanhamento e fiscalização diária, tanto dos serviços, como da documentação apresentada. Justifica-se tal sugestão uma vez que esta comissão é responsável pelo monitoramento e avaliação de diversos termos de parcerias, sendo pertinente que cada secretaria destine um servidor para o acompanhamento diário dos termos de parcerias firmados com este município.

No que tange a continuidade do programa, este apresenta características de interesse público, uma vez que atende a primeira infância na política pública de Assistência Social.

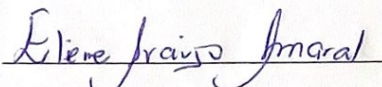
Os usuários deste programa, são crianças e gestantes, em situação de vulnerabilidade social, que necessitam de apoio e orientação na garantia dos direitos da criança. Destacando os direitos a alimentação, moradia, saúde, higiene pessoal, cuidados, proteção e afeto. Sendo extremamente relevante o atendimento, uma vez que nessas famílias se

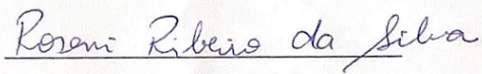
encontram diversas expressões da desigualdade social, podendo citar o alcoolismo, uso drogas, pobreza, violência doméstica etc.

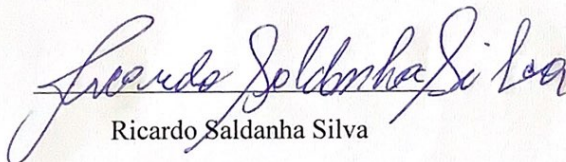
Diante das informações prestadas, sugere-se a formalização do Quinto Termo Aditivo.

São Francisco 10 de fevereiro de 2025.

Atenciosamente,


Eliene Araujo Amaral


Roseni Ribeiro da Silva


Ricardo Saldanha Silva